



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

**Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores**

PRÁTICAS COLABORATIVAS ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA PARA TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO INFANTIL

PRÁCTICAS DE COLABORACIÓN ENTRE ESCUELA Y FAMILIA PARA TRANSFORMAR LA EDUCACIÓN INFANTIL

COLLABORATIVE PRACTICES BETWEEN SCHOOL AND FAMILY TO TRANSFORM EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Maria Aparecida Lopes Faustino¹

Arnaldo Nogaro²

RESUMO

Este artigo explora a colaboração entre família e escola na educação infantil, enfatizando a importância dessa parceria para aprimorar a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças. Questiona-se a visão limitada de que a escola é a única responsável pela educação, incentivando uma revisão da literatura sobre a cooperação entre essas instituições. O objetivo principal é analisar a literatura para otimizar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. Objetivos específicos compreendem a sistematização histórica do conceito de “família” e a descrição da participação familiar em diferentes momentos. A abordagem qualitativa se concentra em compreender fenômenos educacionais, utilizando revisão bibliográfica e análise de conteúdo. O estudo destaca a necessidade de desmistificar a ideia de que a escola é a única responsável pela educação, evidenciando a importância da participação ativa da família. A interdependência entre escola e família é crucial no processo educativo, requerendo reconhecimento e valorização mútuos. Os principais resultados apontam para a importância das estratégias na otimização da aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças e o planejamento em conjunto entre escola e família na formação das crianças, destacando a necessidade de reconhecimento mútuo. Conclui-se afirmando a necessidade de reconhecer as responsabilidades compartilhadas e superar desafios decorrentes das transformações familiares e desigualdades sociais; enfatiza a relevância da educação inclusiva e sensível às diversidades familiares, propondo a implementação de práticas como redes de apoio e fortalecimento de

¹ Pedagoga, Psicopedagoga, Professora na rede Estadual e Municipal em Rondonópolis-MT, Mestra em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen – RS, e-mail: cida_lopesfaustino@outlook.com, <https://lattes.cnpq.br/1177537030378215>.

² Doutor em Educação, Professor do PPGEDU e PPGAIS da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, e-mail: narnaldo@uricer.edu.br e Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0517-0511>.



órgãos. A conclusão reitera que tais estratégias são fundamentais para o êxito educacional das crianças, evidenciando a valorização de suas experiências nas infâncias.

Palavras-chave: Práticas colaborativas. Escola. Família. Estratégias.

RESUMEN

Este artículo explora la colaboración entre la familia y la escuela en la educación infantil, destacando la importancia de esta asociación para mejorar el aprendizaje y el desarrollo integral de los niños. Cuestiona la visión limitada de que la escuela es la única responsable de la educación, fomentando una revisión de la literatura sobre la cooperación entre estas instituciones. El objetivo principal es analizar la bibliografía para optimizar el aprendizaje y el desarrollo de los niños. Los objetivos específicos incluyen la sistematización histórica del concepto de "familia" y la descripción de la participación familiar en diferentes épocas. El enfoque cualitativo se centra en la comprensión de los fenómenos educativos, utilizando una revisión bibliográfica y un análisis de contenido. El estudio hace hincapié en la necesidad de desmitificar la idea de que la escuela es la única responsable de la educación, destacando la importancia de la participación activa de la familia. La interdependencia entre escuela y familia es crucial en el proceso educativo, requiriendo reconocimiento y valoración mutuos. Los principales resultados señalan la importancia de las estrategias para optimizar el aprendizaje y el desarrollo integral de los niños y la planificación conjunta entre la escuela y la familia en la educación de los niños, destacando la necesidad de reconocimiento mutuo. Se concluye afirmando la necesidad de reconocer las responsabilidades compartidas y superar los desafíos derivados de las transformaciones familiares y las desigualdades sociales; se destaca la relevancia de una educación inclusiva y sensible a la diversidad familiar, proponiendo la implementación de prácticas como las redes de apoyo y el fortalecimiento de las instancias. La conclusión reitera que tales estrategias son fundamentales para el éxito educativo de los niños, destacando el valor de sus experiencias infantiles.

Palabras clave: Prácticas colaborativas. Escuela. Família. Estrategias.

ABSTRACT

This article explores the collaboration between family and school in early childhood education, emphasizing the importance of this partnership in enhancing children's learning and integral development. It questions the limited view that the school is solely responsible for education, encouraging a review of the literature on cooperation between these institutions. The main objective is to analyze the literature to optimize children's learning and development. Specific objectives include the historical systematization of the concept of "family" and the description of family participation at different times. The qualitative approach focuses on understanding educational phenomena, using a literature review and content analysis. The study highlights the need to demystify the idea that the school is solely responsible for education, highlighting the importance of active family participation. The interdependence between school and family is crucial in the educational process, requiring mutual recognition and appreciation. The main results point to the importance of strategies to optimize children's learning and all-round development and the joint planning between school and family in children's education, highlighting the need for mutual recognition. It concludes by affirming the need to recognize shared responsibilities and overcome challenges arising from family transformations and social inequalities; it emphasizes the relevance of inclusive education that is sensitive to family



diversity, proposing the implementation of practices such as support networks and the strengthening of bodies. The conclusion reiterates that such strategies are fundamental to children's educational success, highlighting the value of their childhood experiences.

Keywords: Collaborative practices. School. Family. Strategies.

1 INTRODUÇÃO

A família é a principal instituição de desenvolvimento e aprendizado, aprovendo cuidados básicos e orientações essenciais. Ao entrar na escola, essa experiência é estendida, complementando o desenvolvimento iniciado em casa. Os cuidados e a educação devem visar ao bem-estar geral, promovendo o pleno desenvolvimento da criança e envolvendo a participação constante da família. Embora alguns pais vejam a escola como um local de guarda, sua participação ativa é indispensável para o sucesso educacional.

É necessário desmistificar a ideia de que apenas a escola é responsável pela educação, enquanto os pais apenas observam. A participação ativa da família é fundamental para o desenvolvimento moral e comportamental da criança. A relação escola-família enfrenta desafios, especialmente na crença de que o desempenho acadêmico está ligado à participação dos pais. Estudiosos, como Santos e Toniosso (2014), Crepaldi (2017) e Monteiro (2016) corroboram a evolução do papel da escola, indo além do ensino para abraçar uma função mais ampla na sociedade. A interdependência entre escola e família faz-se necessária para o processo educativo, exigindo reconhecimento e valorização de ambas as partes.

Ao explorarem o conceito de família, suas formações e responsabilidades, Oliveira e Marinho-Araújo (2010) afirmaram a interdependência entre escola e família, abordando perspectivas sociológicas e psicológicas, levantando questionamentos sobre a corresponsabilidade na relação entre escola e família, enfatizando o desafio de valorizar os aspectos positivos nela presentes para o processo educativo.

Considerando as observações de Crepaldi (2017) e Monteiro (2016), aliadas às experiências pessoais como professora na educação infantil e nos anos iniciais, reconhece-se a essencial participação da família no desenvolvimento integral das crianças. A consciência por parte dos pais sobre a importância de sua presença na vida familiar e escolar desde a educação infantil torna-se elementar.

Diante desse contexto, questiona-se o panorama atual de literatura relacionadas à parceria colaborativa entre famílias na educação da infância, buscando efetivar a aprendizagem e promover o desenvolvimento pleno das crianças. A definição do problema está ligada aos



objetivos, à formulação e à busca pelos resultados desejados, considerando a necessidade de uma discussão teórico-metodológica aprofundada, conforme Gatti (2006).

Com base na abordagem de Gatti (2006), o objetivo principal deste artigo é analisar a literatura que aborda a parceria colaborativa entre família e escola na educação da infância, visando maximizar a aprendizagem e promover o desenvolvimento integral das crianças. São objetivos específicos: sistematizar aspectos históricos do conceito de “família”; descrever a participação da família nos diferentes momentos de cuidados e aprendizagens das crianças.

O artigo adota uma abordagem qualitativa fundamentada nas reflexões teóricas de Amado (2014) e Ghedin e Franco (2011), dentre outros autores, e se concentra em compreender fenômenos educacionais relacionados à colaboração entre família e escola. Baseia-se em uma revisão bibliográfica e documental, seguindo as diretrizes de Prodanov e Freitas (2013), que envolve a análise detalhada de materiais já publicados, como livros, artigos, dissertações e teses; enfoca a leitura científica e documentos. Os dados recebem a análise de conteúdo, seguindo a metodologia de Bardin (1977), visando extrair significados, padrões e relações de informações textuais a respeito do tema.

2. A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA

A evolução do conceito de “família”, discutida por Azeredo (2020), revela uma trajetória complexa. Desde os primórdios, seres vivos buscavam união por razões essenciais, inicialmente guiados pelo instinto de perpetuação da espécie. A origem da família é um enigma, ligada à história marcada por rupturas. A criação do Estado influenciou a concepção de família, sendo estudiosos divididos sobre o surgimento do Estado e sua relação com a sociedade. A transição do Estado Absolutista para o Liberal introduziu um equilíbrio de poderes, culminando no Estado Liberal Moderno. As teorias de formação do Estado, segundo Azeredo (2020), desempenham um papel importante na compreensão da origem da família. As influências da família são notáveis nas formas de governo.

Explorando a pré-história, Morgan (1877 *apud* Azevedo, 2020) categorizou a evolução da família em estágios, desde o selvagem até a civilização, explicando que, no início, o trabalho era dividido entre homens e mulheres, delineando espaços público e privado. Com o surgimento do Estado, o estudo das formas familiares se intensificou, observando a transição de modelos consanguíneos para a família patriarcal. Mudanças ocorreram com a ascensão da aristocracia e a influência do Cristianismo, levando à democracia e à autonomia das mulheres. O século XX testemunhou mudanças expressivas, como a constituição da família monogâmica e nuclear, influenciada pelo capitalismo. As constituições brasileiras refletiram essas transformações,



reconhecendo princípios como dignidade humana e solidariedade familiar.

A legislação contemporânea, como a Emenda Constitucional nº 65/2010 e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), impõem responsabilidades aos pais, visando o bem-estar da juventude, levantando assim, desafios práticos e questionam a dinâmica entre direitos individuais, responsabilidades parentais e intervenção estatal.

No Brasil, o conceito de família encontra respaldo no art. 226 da Constituição Brasileira de 1988, que, ao reconhecer a família como base da sociedade, assegura sua proteção especial pelo Estado. A legislação não exclui outros modelos de entidade familiar, abrindo espaço para diversas configurações familiares. A evolução desse conceito reflete mudanças consideráveis, pois, em períodos anteriores, o Estado limitava a ideia de família ao casamento, excluindo outras formas de convivência, enquanto durante o Brasil Colônia e Império, a ênfase estava no casamento católico, e relacionamentos que não se encaixavam nesse padrão eram desconsiderados.

Com a miscigenação resultante da chegada dos negros no Brasil, surgiram desafios para a concepção tradicional da família. Somente no século XVIII, com a Lei do Marquês de Pombal, permitiu-se o casamento entre gentios e brancos. A Igreja Católica, que sempre defendeu o casamento entre homens e mulheres de diferentes raças, viu-se confrontada pela crescente miscigenação.

A evolução do conceito de família incluiu a valorização da estrutura afetiva e solidariedade, afastando-se da visão estritamente produtiva e econômica. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reconhece três tipos de família: natural (formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes), extensa (criança ou adolescente convive com parentes mais próximos, como tios e/ou avós) e substituta (a criança ou o adolescente passa a fazer parte por guarda, tutela ou adoção), ampliando as possibilidades de configurações familiares (Brasil, 1990).

Minuchin (1982) destaca a estrutura familiar como um conjunto invisível de exigências funcionais, destacando subsistemas como o conjugal, parental e fraternal, na qual a individualidade e a comunicação são elementos muito importantes e necessários para o bom funcionamento, devendo a família adaptar-se a mudanças, reconhecendo papéis e hierarquia familiar. Nessa trama, Oliveira (2009) argumenta a presença cada vez mais evidente de novas configurações familiares na sociedade contemporânea, ainda que, apesar das definições variadas, o conceito de família persiste como um grupo social aceito ou não pela sociedade, envolvendo relações de amor, responsabilidade e convivência, independentemente de sua configuração específica.



Com as transformações sociais, os modelos de família passaram por ampliações e reconceituações, redefinindo papéis no contexto doméstico e profissional. Oliveira (2009) expõe a crescente importância e responsabilidade da família no desenvolvimento dos cidadãos, refutando a ideia de sua substituição. No cenário atual, encontram-se diversos tipos de famílias, como as patriarcais, monoparentais, e aquelas formadas por laços sanguíneos ou não. A responsabilidade primordial da família permanece no provimento das necessidades básicas dos filhos, incluindo cuidados e educação, enquanto ao Estado e Municípios cabe oferecer educação formal.

Ariès (2006) ressalta a importância da participação da família na vida escolar da criança, destacando o direito dos pais de terem ciência do processo pedagógico. O autor enfatiza que, apesar das transformações sociais, o sentimento de pertença à família não deve ser perdido. Nesse cenário, a educação formal das crianças passou por mudanças relevantes a partir do século XVII, influenciada pela Revolução Industrial e Científica. A proximidade entre pais e filhos aumentou, transformando a dinâmica familiar. Durkheim (1975) define a família como uma instituição social, onde as relações consanguíneas e os elementos do Estado desempenham papéis substanciais.

A definição de família, segundo Amaro (2004), é desafiadora devido à sua associação com termos como casamento, filhos e parentesco. Murdock (1960 *apud* Amaro, 2004) a conceitua como um grupo social caracterizado por residência em comum, cooperação econômica e reprodução. Essa conceituação e outras são de importante reconhecimento, pois, é preciso compreender que estrutura familiar global passou por evoluções, refletindo-se em diversas formas familiares. Essas mudanças são influenciadas por fatores sociais, e, no Brasil, a queda da natalidade impactou na redução da média de pessoas por família ao longo das décadas.

As famílias brasileiras adotam diferentes configurações, incluindo casais com filhos, famílias unipessoais, monoparentais e reconstruídas. Observa-se o aumento de famílias lideradas por mães, famílias unipessoais e reconstruções após divórcios. A aceitação de relações entre pessoas do mesmo sexo enfrenta desafios.

Lerner, Campos e Mello (2016) expõem que as interações positivas durante a primeira infância exercem influência no desenvolvimento humano da criança. Se as experiências e oportunidades de construir relacionamentos nos primeiros anos de vida forem saudáveis, isso proporcionará uma base sólida, incluindo a formação de valores e a habilidade de interagir de maneira saudável com outras pessoas. Essa fase é fundamental para importantes maturações físicas e neurológicas, bem como para aprendizados sociais e afetivos. Assim, a família



desempenha papel vital na transmissão de valores e na criação de uma base emocional sólida, o que remete a reconhecer a importância dos vínculos familiares na formação das pessoas, moldando suas perspectivas e comportamentos ao longo da vida.

3. A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A história da educação brasileira é guiada por marcos legais que visam atender ao artigo 205 da Constituição Federal de 1988, destacando a educação como um direito universal. Leis e políticas públicas têm regulado o sistema educacional em colaboração entre o Estado, a família e a sociedade. Dois marcos no Brasil Colônia incluem a chegada dos Jesuítas (1549) e a Reforma Pombalina (1759), que reorganizou o sistema educacional após a expulsão dos Jesuítas. Ao longo dos reinados, houve evoluções no método de ensino, incluindo a Escola Pedro II (1837) durante o Primeiro Reinado e a influência do Positivismo e Cientificismo no Segundo Reinado (1840).

Os marcos da educação brasileira no período republicano compreendem:

- República Velha (1889-1930): Ensino laico introduzido; Estabelecimento do primeiro jardim de infância em 1895;
- Escola Nova (1920): Enfoque no aluno como sujeito principal; conhecimento alinhado à realidade do aluno;
- Era Vargas (1930-1945): Fundação do Ministério da Educação (1930); Adoção do ensino tecnicista; reorganização do Ensino Secundário Universitário (1931); Assinatura do Manifesto da Escola Nova (1932); Início do projeto de alfabetização de jovens e adultos (1934);
- República Popular (1945-1964): Criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961;
- Redemocratização (1988): Promulgação da terceira LDB em 1996, destacando creches e pré-escola como etapa inicial da educação básica e a consagração do direito universal à educação; Estabelecimento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 1998; Lançamento do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2004; Implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação em 2007; Reinserção das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do ensino médio em 2008.

Silva (2011) destaca a importância histórica do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova na moldagem da educação brasileira, defendendo a escola pública como responsabilidade do Estado. Esse marco influenciou debates atuais, apesar das mudanças no cenário educacional.



A escola pública, junto com as Leis de Diretrizes e Bases (LDB), representa um avanço significativo e permanece como tema de pesquisa. O autor também aborda a Primeira República como um período de instabilidade, marcado por transformações sociais, econômicas e debates sobre o projeto educacional. A transição para uma sociedade urbano-industrial trouxe desafios e mudanças estruturais, incluindo discussões sobre o sistema educacional.

Silva (2011) aborda a interconexão entre a história da educação e os contextos político, econômico e social brasileiros, e explica que as mudanças sociais e econômicas eram impulsionadas pela educação escolar, conforme previsto pelas ideias positivistas desde 1870. Políticas sociais voltadas para as mulheres na década de 1970 representaram avanços, enquanto a Constituição de 1988 e o ECA direcionaram políticas públicas para fortalecer o papel da família e da comunidade no desenvolvimento infantil.

Segundo o MEC (Brasil, s/d), os principais marcos da educação brasileira a partir de 2009:

- 2009: Decreto nº 971, de 9 de outubro de 2009: Instituição do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) para fortalecimento dos sistemas de ensino, com propostas curriculares inovadoras;
- 2010: Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010: Criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ofertando vagas para cursos de graduação com base no Enem;
- 2011: Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011: Criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para ampliar cursos de Educação Profissional e Tecnológica; Decreto nº 7.642, 13 de dezembro de 2011: Instituição do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) para formação em instituições estrangeiras;
- 2012: Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas): Reserva de 50% das vagas em cursos de graduação nas instituições federais para estudantes de escolas públicas;
- 2014: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Aprovação do Plano Nacional de Educação com diretrizes, metas e estratégias para a educação;
- 2015: BNCC - Base Nacional Comum Curricular: Lançamento do documento que define aprendizagens essenciais na educação básica;
- 2016: Portaria 1.145, de 10 de outubro de 2016: Criação do Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI);
- 2017: Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (Reforma do Ensino Médio):



Organização curricular mais flexível com diferentes itinerários formativos; Portaria 1.570, de 20 de dezembro de 2017: Homologação da BNCC;

- 2018: Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018: Instituição do Programa de Apoio à Implementação da BNCC; Portaria MEC nº 142, de 22 de fevereiro de 2018: Criação do Programa Mais Alfabetização (PMALFA);
- 2019: Diversas Iniciativas: Compromisso nacional pela educação básica, Política Nacional de Alfabetização (PNA), Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, Programa Conta Pra Mim; Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019: Instituição da Política Nacional de Alfabetização (PNA) infantil;
- 2020: Portaria N. 280, lançada em 18 de fevereiro: Programa Tempo de Aprender para aperfeiçoamento, apoio e valorização a professores e gestores escolares na pré-escola e ensino fundamental.

Os últimos anos foram marcados por significativas transformações na educação brasileira. Destacam-se a expansão da Educação a Distância (EaD) no ensino superior, a permanência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a partir de 2020 e os desafios impostos pela pandemia a partir de 2020. A era digital trouxe mudanças nas relações sociais e na educação, influenciando métodos de ensino.

A revolução digital, iniciada nos anos 90, trouxe uma convergência cultural, digital e midiática, alterando a comunicação e criando novos hábitos. A pandemia acelerou a necessidade de inovação na educação, evidenciando a capacidade de adaptação tecnológica. A EaD no ensino superior cresceu substancialmente, enquanto a presencial diminuiu. O FUNDEB, agora permanente, visa promover igualdade e qualidade na educação básica, com aumento da contribuição da União. Seus impactos são acadêmicos, sociais e econômicos, beneficiando a qualidade do ensino, reduzindo desigualdades sociais e impulsionando o desenvolvimento local.

Durante a pandemia, a parceria entre escola e família foi um dos fatores mais relevantes, fortalecendo a participação dos pais no ensino remoto. Essa união, apesar dos desafios, pode resultar em benefícios duradouros para a educação. A busca contínua por melhorias destaca o compromisso das escolas em oferecer uma educação de qualidade.

3.1 A importância da escola para a sociedade

A função social da escola no contexto brasileiro é amplamente discutida, destacando-se a crise contemporânea na qual a estrutura familiar transfere à escola a responsabilidade pela



educação, enquanto esta, por sua vez, muitas vezes não está preparada para desempenhar esse papel, conforme aponta Biesdorf (2013). A educação formal busca formar a pessoa humana, desenvolver a ciência e dominar a técnica para a integração social, como explica o autor.

No decorrer da história, as lutas político-pedagógicas moldaram a educação brasileira, evidenciando três vertentes pedagógicas na Primeira República: Pedagogia Tradicional, Pedagogia Nova e Pedagogia Libertária, cada uma associada a diferentes setores sociais, conforme Guiraldelli Júnior (2001). A Pedagogia Tradicional enfatiza a formação moral e intelectual, com uma abordagem autoritária, enquanto a Pedagogia Nova coloca o aluno no centro do processo educacional. A Pedagogia Libertária, por sua vez, propõe uma estrutura autogestionária e mutualista na relação entre professores e alunos.

A contemporaneidade destaca a escola como espaço para o desenvolvimento humano, com o professor atuando como mediador e o estudante como protagonista do aprendizado, conforme Felden *et al.* (2013). A função social da escola, conforme a legislação educacional, é formar cidadãos aptos a atuar no meio social, desenvolvendo aspectos socioemocionais, cognitivos, e éticos, como ressaltado pela LDB, BNCC e DCNs.

Perspectivas como a de Freire (2019) enfatizam a dimensão humanizadora e emancipatória da educação, destacando a importância da conscientização, participação ativa e diálogo para a emancipação e transformação social. O cenário educacional contemporâneo, permeado por desafios e mudanças, demanda uma reflexão contínua sobre o papel da escola na sociedade.

Freire (2019) explora diversas facetas da educação, propondo uma abordagem dialógica que destaca o diálogo como um dos pilares na construção do conhecimento. Ele enfatiza a horizontalidade nas relações entre educadores e educandos, especialmente no contexto da alfabetização crítica, que vai além da mera decodificação de letras. A proposta é capacitar os indivíduos a decodificar o mundo ao seu redor, compreendendo criticamente as estruturas sociais e questionando a realidade. Para Freire (2019), a educação é uma prática de liberdade, um processo emancipatório que possibilita aos indivíduos pensar criticamente, agir e transformar suas realidades. A conscientização, segundo ele, desempenha um papel importante nesse processo, envolvendo a reflexão crítica sobre a realidade para empoderar os educandos como agentes ativos na transformação de suas vidas e comunidades.

A contextualização cultural é considerada vital por Freire (2019), que defende uma educação sensível às diferentes realidades culturais, incorporando as experiências dos educandos no processo de aprendizado. A dimensão ética na educação freiriana destaca a importância de uma prática educativa baseada na justiça, solidariedade e respeito mútuo,



promovendo valores éticos na formação dos indivíduos. O autor defende a popularização da educação, tornando-a acessível a todos, independentemente de classe social, e busca superar as barreiras que limitam o acesso à educação por meio de uma abordagem inclusiva.

Nesse contexto, a escola representa o importante espaço de formação técnica, humana e social. Deve ser um ambiente propício para a construção de conhecimentos, valores, atitudes e habilidades que capacitam os estudantes a se tornarem cidadãos conscientes, críticos e ativos em suas comunidades. Dessa forma, a função social da escola supera o repasse de informações, incorporando a promoção de valores como solidariedade, respeito à diversidade e justiça social.

Assim, a visão de Freire (2019) sobre a educação humanizadora e emancipatória, aliada aos princípios presentes na LDB, BNCC e DCNs, destaca a importância da escola como agente transformador e promotor de uma educação que efetivamente contribui para a formação de sujeitos comprometidos com o bem comum. A função da escola, portanto, é cumprir o processo de ensino e aprendizagem, considerando as diferentes realidades dos estudantes, envolvendo a colaboração do Estado e da família, conforme preconizam os documentos que fundamentam a educação brasileira.

3.2 Explorando o papel das estratégias colaborativas na educação das infâncias

No contexto acadêmico e social, observam-se as dinâmicas entre família, sociedade e escola, considerando sua tipologia, que pode variar de tradicional a crítica, domesticadora a humanizadora, pública a privada, republicana a democrática. É importante compreender a equidade no acesso à educação, as diversidades familiares e a influência das subordinações econômicas e sociais nas relações entre família e escola. Por isso, discutir se essa colaboração entre ambas está condicionada por tais variáveis.

O cenário atual apresenta desafios notáveis para a educação e a família, impactando a sociedade e o tipo de escola existente. A interação entre família, escola e sociedade é recíproca, uma vez que são corresponsáveis pela formação das crianças, influenciadas pelo contexto social. Quirino (2015) afirma a influência do contexto social na aprendizagem, ressaltando que a criança absorve valores antes mesmo de ingressar na escola.

Com as transformações nas estruturas familiares contemporâneas, refletindo diversidade, as famílias tornam-se mais exigentes quanto à inclusão e sensibilidade às diversidades na educação. Os diferentes tipos de escolas, desde públicas a privadas, de tradicionais a críticas, refletem abordagens distintas, desafiando a equidade no acesso à educação. Tais desafios demandam políticas educacionais inovadoras para reduzir disparidades socioeconômicas.



Famílias em situação de vulnerabilidade social enfrentam obstáculos para uma participação ativa na educação de seus filhos, exigindo políticas sociais que reduzam desigualdades. Quirino (2015) explica que aprendizagens informais muitas vezes ocorrem fora do ambiente escolar, especialmente quando a escola não atende às necessidades e fragilidades dos alunos.

Diante disso, a necessidade de uma educação mais inclusiva se torna evidente, considerando a diversidade das famílias e compreendendo a influência de suas condições sociais. A sinergia entre escola, família e sociedade é elementar para uma educação de qualidade e equitativa. Piske, Garcia e Yunes (2020) afirmam que a educação escolar é intrínseca à vida das crianças, e a formação do professor é influenciada pelo contexto social, sendo essencial a colaboração entre família e escola para uma compreensão mais ampla e integrada do conhecimento.

O processo educativo, intrinsecamente ligado à condição biopsicossocial do ser humano, reflete a interação constante entre as diferentes sociedades e momentos vivenciados. Família e escola, como bases fundamentais, desempenham papéis cruciais na formação da identidade das crianças, incorporando valores e regras que moldam seu papel na sociedade. A visão sistêmica, preconizada por Piske, Garcia e Yunes (2020), afirma a interconexão entre indivíduos e seu ambiente, enfatizando a importância da colaboração entre essas duas instituições na educação infantil.

O desenvolvimento integral da criança exige uma abordagem sinérgica entre família e escola, proporcionando uma educação que una o desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e social. Os professores, segundo Piske, Garcia e Yunes (2020), exercem influência significativa no processo educativo, sendo essenciais na formação da identidade e na construção do conhecimento das crianças. Contudo, é preciso que os professores estejam cientes do impacto de suas ações, considerando as influências sociais que carregam.

A interação entre professores, família e comunidade escolar molda o conhecimento formal adquirido em sala de aula, bem como as atitudes, responsabilidades e escolhas das crianças. A aprendizagem transcende as fronteiras da sala de aula, exigindo um comprometimento significativo tanto da família quanto da escola. A visão sistêmica, ao considerar a criança como parte de uma comunidade escolar e familiar, revela a importância dessas relações para o desenvolvimento integral nas infâncias.

A compreensão do papel da infância como uma categoria permanente, conforme destacado por Qvortrup (2010), reforça a dinâmica constante de interações entre as crianças, a escola e a família. A educação eficaz nas infâncias requer uma abordagem holística,



reconhecendo a importância do desenvolvimento da capacidade de reprodução e autorreprodução das crianças no contexto da educação-família. O entendimento de que a infância persiste como uma categoria estrutural, recebendo e moldando novas gerações, destaca a relevância contínua da colaboração entre família e escola no processo educativo.

A colaboração entre professores e família nas infâncias, conforme delineado por Qvortrup (2010) e Piske, Garcia e Yunes (2020), emerge como essencial. A infância, entendida como uma categoria estrutural, configura-se como um espaço social dinâmico para acolher novas gerações. Família e professores, cientes das transformações constantes das crianças, devem unir esforços para criar condições favoráveis ao desenvolvimento dessas novas gerações. O equilíbrio e interação entre escola e família desempenham papel basilar na jornada das crianças nas infâncias, influenciando diretamente sua adaptação e evolução na aprendizagem. A coexistência entre essas instituições é crucial para proporcionar um ambiente propício ao desenvolvimento integral, onde as experiências na infância impactam positivamente no futuro.

Ao longo das infâncias, estratégias são fundamentais para maximizar a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças. Piske, Garcia e Yunes (2020) destacam que a educação ocorre além das fronteiras da escola, envolvendo também a família. O planejamento conjunto entre professores e família, embora possuam estruturas distintas, é elementar para criar um ambiente educacional que atenda às necessidades das crianças.

Dessen e Polonia (2007) ressaltam que tanto a escola quanto a família têm em seus planejamentos elementos como objetivos, conteúdos, métodos de ensino e aspectos afetivos. Ambas contribuem para a construção de conhecimentos culturais e o desenvolvimento de habilidades individuais das crianças. Apesar das diferentes abordagens, o objetivo comum é atender às necessidades de formação e desenvolvimento, desafiando as instituições a convergirem seus planejamentos para otimizar a aprendizagem e promover o desenvolvimento integral das crianças.

No processo de (re)planejamento, estratégias devem refletir a realidade das crianças em suas infâncias, integrando elementos essenciais aos processos de ensino e aprendizagem. Segundo Dessen e Polonia (2007), uma estratégia relevante é fortalecer as associações de pais e mestres, assim como o conselho escolar, criando um espaço comum para a articulação entre escola e família. No entanto, Piske, Garcia e Yunes (2020) alertam para a desvalorização dos papéis familiares quando a escola trata a família como não formal, destacando a importância de reconhecimento e valorização mútuos para um planejamento conjunto eficaz.

Outra estratégia proposta por Dessen e Polonia (2007) envolve a construção de uma rede de suporte, promovendo o envolvimento recíproco entre escola e família para identificar e



abordar as necessidades das crianças em suas infâncias. Essa rede de apoio considera a influência de diferentes figuras na vida da criança, tanto na família quanto na escola. Ferreira e Marturano (2002) ressaltam a importância de redes de apoio para lidar com problemas que possam afetar negativamente a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

A adaptação do nível de ensino às crianças, especialmente quando os pais estão envolvidos na supervisão, é uma estratégia destacada por Dessen e Polonia (2007), que citam Desland e Bertrand (2005). Isso enfatiza a necessidade de considerar as características individuais das famílias, como desempenho escolar, autonomia e idade das crianças.

A implementação de estratégias flexíveis e adaptativas é fundamental, conforme as necessidades das crianças evoluem. O estabelecimento de abordagens equilibradas entre escola e família, promovendo uma sinergia no compromisso de formar as crianças durante as infâncias, é a chave para alcançar efetivamente a aprendizagem e o desenvolvimento integral. A ênfase recai na criação de um ambiente colaborativo, reconhecendo e valorizando os papéis de ambas as instituições.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta revisão bibliográfica e documental, buscou-se uma compreensão mais aprofundada da prática colaborativa entre escola e família no contexto da aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças durante as infâncias. A pesquisa foi guiada pelas reflexões da autora, uma educadora e pesquisadora, que contextualizou a evolução histórica da categoria “família” e destacou sua relevância na parceria desejada.

Foram analisadas publicações científicas e literaturas, abordando a educação formal e o papel social da escola, considerando aspectos históricos e legais da educação brasileira, especialmente em relação às infâncias. Estratégias colaborativas foram discutidas, delineando o papel de ambas as instituições e propondo abordagens para potencializar a educação formal das crianças, enfatizando a sinergia como elemento crucial para a eficácia educacional.

A evolução do conceito de família, antes centrado no formato tradicional, demanda uma revisão e reestruturação das estratégias de envolvimento parental na educação formal. A participação ativa da família na vida escolar dos filhos, superando as simples reuniões de pais, reflete o reconhecimento das responsabilidades compartilhadas entre escola e família.

A pesquisa destaca desafios decorrentes das transformações na estrutura familiar, vulnerabilidades sociais e desigualdades econômicas, que podem impactar a parceria entre escola e família, até mesmo excluindo crianças do sistema educacional. Enfatiza a importância de uma educação inclusiva e sensível, considerando a diversidade das famílias.



Estratégias como a criação de redes de apoio, o fortalecimento de órgãos como o Conselho de Classe e a Associação de Pais e Mestres, a adaptação do ensino às diferentes realidades, e a elaboração conjunta de planos escolares são propostas para promover a sinergia entre ambas as instituições.

Conclui-se que essas estratégias são fundamentais para o sucesso da formação educacional das crianças, destacando a importância de valorizar suas experiências nas infâncias.

5. REFERÊNCIAS

AMADO, João (coord.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2014.

AMARO, Fausto. A família portuguesa: Tendências actuais. **Revista Cidade Solidária**, [S. l.], p. 1-4, jul. 2004. Disponível em: https://portuguesembadajoz.files.wordpress.com/2008/05/familia_portugl.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

ARIÈS, Phillipe. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2006.

AZEREDO, Christiane Torres de. O conceito de família: origem e evolução. **Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM**, 14 dez. 2020. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1610/O+conceito+de+fam%C3%ADlia:+origem+e+evolu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 21 out. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BIESDORF, Rosane Kloh. O papel da educação formal e informal: Educação na escola e na sociedade. **Itinerarius Reflectionis**, Gioânia, v. 1, n. 10, p. 1-13, 2013. DOI 10.5216/ir.v1i10.1148.

BRASIL. **Conheça a história da educação brasileira**. s/d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília/DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 20 out. 2022.

CREPALDI, Elaise Mara Ferreira. A importância da família na escola para a construção do desenvolvimento do aluno. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017. **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2017, p. 11733-11743. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25972_13983.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Pesquisas Teóricas*. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, abr., 2007. DOI 10.1590/S0103-863X2007000100003.



- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 10. ed. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- FELDEN, Eliane de Lourdes *et al.* O Pedagogo no contexto contemporâneo: desafios e responsabilidades. **Vivências**, Erechim, v. 9, n. 17, p. 68-82, out. 2013.
- FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. Ambiente familiar e os problemas de comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002. DOI 10.1590/S0102-79722002000100005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2019.
- GATTI, Bernardete. Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave. **Diálogo educacional**, Curitiba, v. 56, n. 19, p. 25-36, set./dez., 2006.
- GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2011.
- GUIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2001.
- LERNER, Rogério; CAMPOS, Maria Machado Malta; MELLO, Debora Falleiros e. **Importância dos vínculos familiares na primeira infância**: estudo II. São Paulo: FMCSV, 2016. (Série Estudos do Comitê Científico).
- MINUCHIN, Salvador. **Famílias**: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 1982.
- MONTEIRO, Tamiris. Educar e ensinar: você sabe a diferença? **Click Guarulhos**, Educação, 02 nov. 2016. Disponível em: <https://www.clickguarulhos.com.br/2016/11/02/educar-e-ensinar-voce-sabe-a-diferenca/>. Acesso em: 18 out. 2023.
- OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, 2010. DOI 10.1590/S0103-166X2010000100012.
- OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar**: família, filhos e desafios. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- PISKE, Eliane Lima; GARCIA, Narjara Mendes; YUNES, Maria Ângela Mattar. A educação das infâncias e o papel do educador. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 54, p. 1-18, jul./set., 2020. DOI 10.5585/eccos.n54.13467.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- QUIRINO, Leticia Nayara Gomes. **Contribuições e influências do contexto social para a aprendizagem**. 2015. 65 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.
- QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo,



v. 36, n. 2, p. 631-643, maio/ago., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/M9Z53gKXbYnTcQVv9wZS3Pf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

SANTOS, Luana Rocha dos; TONIOSSO, José Pedro. A importância da relação escola-família. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, v. 1, n. 1, p. 122-134, 2014.

SILVA, João Carlos da. O tema da escola pública no manifesto dos pioneiros da Educação Nova. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 20, n. 44, p. 521-539, set./dez., 2011.